

Segregação socioespacial e distanciamento físico e social: um ensaio sobre o município de Viçosa (MG) para o pós-pandemia da covid-19

Socio-spatial segregation and physical and social distancing: an essay on the municipality of Viçosa (MG) in the post-covid-19 pandemic period

Segregación socioespacial y distanciamiento físico y social: un ensayo sobre la ciudad de Viçosa (MG) después de la pandemia de covid-19

Ronaldo Mansur*

Universidade Federal de Viçosa; Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Viçosa (MG), Brasil.
ronaldo.mansur@ufv.br

Thamiris Calegari Rodrigues

Universidade Federal de Viçosa; Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Viçosa (MG), Brasil.

Lucas Berdague Corrêa

Universidade Federal de Viçosa; Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Viçosa (MG), Brasil.

Teresa Cristina de Almeida Faria

Universidade Federal de Viçosa; Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Viçosa (MG), Brasil.

Rosana Aparecida Pimenta

Universidade Federal de Viçosa; Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Viçosa (MG), Brasil.

* Autor correspondente.

CRediT

Contribuição de autoria: Concepção; Análise; Coleta de dados; Metodologia; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição: MANSUR, R.; Metodologia; Redação – revisão e edição: RODRIGUES, T. C.; CORRÊA, L. B.; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – revisão e edição: FARIA, T. C. A.; PIMENTA, R. A.

Conflitos de interesse: Os autores certificam que não há conflito de interesse.

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Aprovação de ética: Os autores certificam que não houve necessidade de aprovação de Comitê de Ética.

Uso de I.A.: Os autores certificam que não houve uso de inteligência artificial na elaboração do trabalho

Editores responsáveis: Daniel Sant’Anna (Editor-Chefe); Luciana Saboia (Editora Associada); Leandro S. Cruz (Editor Associado); Paola Ferrari (Editora Associada); Elane Ribeiro Peixoto (Editora Associada); Ana Elisabete Medeiros (Editora Associada); Aline Stefânia Zim (Editora Associada); Pedro Arthur Rodrigues (Assistente editorial).

Resumo

A pandemia da covid-19 potencializou diversos problemas urbanos, como a segregação socioespacial e as formas de distribuição populacional, considerando que populações mais vulneráveis economicamente sofreram seus efeitos de forma mais severa. O objetivo deste ensaio é promover reflexões para o pós-pandemia, exemplificando o caso do município de Viçosa (MG) como um fenômeno de segregação socioespacial. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica de natureza narrativa, com o intuito de discutir a segregação socioespacial dentro da experiência supracitada, a partir de conceitos como distanciamento físico e social, a distância social, o fenômeno da segregação socioespacial e a manifestação de uma dicotomia urbana. O texto evidencia a adaptação das cidades à emergência pandêmica como um fator que precisou compreender as especificidades da composição socioespacial local. As desigualdades provocadas pela segregação socioespacial em Viçosa (MG) surgem da precariedade da infraestrutura e dependência do transporte público, considerando que as populações periféricas e de baixa renda foram mais afetadas pelas medidas de distanciamento físico. A concentração dos serviços públicos no centro urbano intensificou e revelou uma dicotomia urbana marcada por distâncias físicas e simbólicas.

Palavras-Chave: Dicotomia urbana; Distância social; Resiliência; Segregação socioespacial.

Abstract

The covid-19 pandemic has potentiated various urban problems, such as socio-spatial segregation and the forms of population distribution, considering that economically vulnerable populations have suffered the effects more severely. This essay proposes reflections on the post-pandemic, exemplifying the case of the municipality of Viçosa (MG) as a phenomenon of socio-spatial segregation. For this, a narrative literature review was carried out in order to discuss socio-spatial segregation within the aforementioned experience, based on concepts such as physical and social distancing, social distance, the phenomenon of socio-spatial segregation and the manifestation of an urban dichotomy. The text highlights the adaptation of cities to the pandemic emergency as a factor that required understanding the specificities of local socio-spatial composition. The inequalities caused by socio-spatial segregation in Viçosa-MG stem from inadequate infrastructure and reliance on public transportation, considering that peripheral and low-income populations were more affected by physical distancing measures. The concentration of public services in the urban center intensified and exposed an urban dichotomy marked by physical and symbolic distances.

Keywords: Urban dichotomy; Social distance; Resilience; Socio-spatial segregation.

Resumen

La pandemia de covid-19 potencializó diversos problemas urbanos, como la segregación socioespacial y las formas de distribución poblacional, considerando que poblaciones económicamente más vulnerables sufrieron los efectos de la pandemia de forma más severa. El objetivo de este ensayo es promover reflexiones para la postpandemia, ejemplificando el caso de la ciudad de Viçosa (MG) como un fenómeno de segregación socioespacial. Para esto, se realizó una revisión bibliográfica de naturaleza narrativa con la intención de discutir la segregación socioespacial en la experiencia mencionada, basada en conceptos como distanciamiento físico y social, la desigualdad social, el fenómeno de la segregación socioespacial y la manifestación de una dicotomía urbana. El texto destaca la adaptación de las ciudades a la emergencia pandémica como un factor que requirió comprender las especificidades de la composición socioespacial local. Las desigualdades provocadas por la segregación socioespacial en Viçosa (MG) surgen de la precariedad de la infraestructura y la dependencia del transporte público, considerando que las poblaciones periféricas y de bajos ingresos fueron las más afectadas por las medidas de distanciamiento físico. La concentración de los servicios públicos en el centro urbano intensificó y reveló una dicotomía urbana marcada por distancias físicas y simbólicas.

Palabras clave: Dicotomía urbana; Distancia social; Resiliencia; Segregación socioespacial.

1 Introdução

A pandemia viral, declarada pela World Health Organization (WHO)¹ em 2020, potencializou diversos problemas urbanos, como por exemplo, os de caráter social, econômico, e sustentável (Harvey, 2020). Portanto, este trabalho destaca e explora a segregação socioespacial e as formas de distribuição populacional no espaço urbano. Esses aspectos merecem atenção especial por terem se tornado ainda mais evidentes durante o período de distanciamento físico e social, medida sugerida em escala mundial devido à sua eficácia de prevenção do contágio do vírus SARS-CoV-2, causador da doença covid-19 (WHO, 2023).

Para discutir essa problemática, que envolve um fenômeno preexistente à pandemia, este ensaio reuniu pesquisas que apontaram dados relativos ao contexto de emergência sanitária, capazes de elucidar os fundamentos dessa segregação socioespacial. A cidade é entendida nesta leitura como terreno fértil para o desenvolvimento social e para a luta anticapitalista, tendo como base o pensamento de David Harvey (1993, 2020), a partir do que o autor apresentou no fim do século XX e que continuou desenvolvendo no início do século XXI. Pretendeu-se explorar e relacionar, com clareza, as ideias trazidas por ele e por outros autores, com o intuito de ampliar as reflexões sobre as formas de segregação socioespacial, estabelecidas a partir dos distanciamentos, apontando para uma nova perspectiva: o futuro das cidades, sobretudo no contexto pós-pandemia.

Portanto, apresenta-se uma reflexão sobre o tema da segregação, tendo como pano de fundo o contexto da pandemia da covid-19, por meio de revisão bibliográfica, a fim de adicionar camadas às questões que envolvam o espaço construído, suas funções e afetações sociais, ao se considerar a funcionalidade do espaço urbano atual como um possível reprodutor de desigualdades e de segregação socioespacial.

Considerando a necessidade de aprofundamento sobre o tema e com o intuito de promover reflexões que envolvam as especificidades de contextos locais, o recorte espacial desta discussão é o município de Viçosa (MG). A experiência nesse município é explicitada como exemplo de um fenômeno de segregação socioespacial, historicamente induzido pelas políticas públicas da cidade até os dias atuais (Alves, 2008; Maria; Faria; Stephan, 2014; Abrantes; Andrade; Alberto, 2021). Os interesses em evidenciar os aspectos do município de Viçosa envolvem suas características urbanas, as quais provocaram desafios durante o enfrentamento da pandemia da covid-19.

Inicialmente, será apresentada uma relação entre o distanciamento social, o fenômeno da segregação socioespacial e a manifestação de uma dicotomia no espaço urbano. Para tanto serão consideradas, a partir de um modelo de análise multiescala (Sathler; Leiva, 2022), as inúmeras possibilidades de existência de realidades e diversidades baseadas nos contextos locais das cidades.

Para tal, é importante evidenciar os termos utilizados – o já abordado distanciamento social –, e a segregação socioespacial que, partindo do pensamento de Villaça (2001), é entendida como um movimento em que diferentes classes ou camadas sociais se concentram em áreas distintas de uma cidade, resultando na criação de bairros e regiões onde habitam, predominantemente, indivíduos de grupos sociais específicos. A posição

¹ Organização Mundial da Saúde (OMS).

geográfica habitacional, tendo como foco a distância dessas regiões em relação ao centro da cidade, é, também, um aspecto significativo para a definição de segregação. Essa separação implica numa dicotomia social que afeta o modo de vida desses grupos sociais, o acesso a recursos básicos, oportunidades e serviços urbanos. Todo esse fenômeno resulta na manifestação de uma dicotomia urbana provocada pela separação entre as classes sociais definida e evidenciada por Villaça (2001).

Por fim, após a discussão sobre segregação socioespacial, que foi evidenciada pela pandemia e as reflexões sobre o distanciamento físico e social que se entrelaçaram em uma dicotomia no tecido urbano, serão contextualizadas algumas realidades locais, a fim de aprofundar a temática por meio de bibliografias que abordam o caso de Viçosa (MG).

2 A verdadeira face urbana segregadora, escancarada pela pandemia

Entende-se que a morfologia urbana, a infraestrutura, os projetos de mobilidade e as atividades econômicas de um município são aspectos primordiais para a forma como se dará o desenvolvimento urbano local, considerando a sua afetação nas formas de interação dos habitantes. Pensando nisso, as formas de aplicação das medidas de distanciamento impostas pelo fenômeno da pandemia da covid-19 foram interdependentes à estrutura urbana física disponibilizada e à forma de organização das cidades e assentamentos (Sathler; Leiva, 2022).

Os picos de casos da doença registrados em áreas urbanas podem se apresentar como impactos causados, também, pelos diferentes níveis de manifestações de pobreza, considerando as desigualdades existentes em contextos específicos das cidades. Baseando-se nos dados secundários obtidos no período de abril a julho de 2020, Demenech *et al.* (2020) apontam em seus estudos que há uma probabilidade de que, no Brasil, grupos que se localizam nas regiões em situação de desigualdade socioeconômica foram submetidos a um impacto mais severo pelo fenômeno da pandemia, a respeito da contaminação pelo vírus. Os autores deixam claro que ao se tratar de locais menos favorecidos dos serviços básicos de saúde, saneamento e urbanização, os indivíduos que residem nesses contextos são submetidos a uma forma de exposição ao vírus diferente de outras regiões com menor índice de desigualdades.

As políticas que compreendem os grupos de risco, aqueles considerados como potenciais de complicações da doença, foram determinadas pelas condições e fatores biológicos como, por exemplo, doenças crônicas e faixa etária (Brasil, 2023). No entanto, as evidências socioeconômicas também devem ser consideradas, tendo em vista que as mesmas dão margem para o entendimento e concepção desses grupos, voltada às questões que envolvam toda a composição da cidade. Dessa forma, os aspectos sociais, territoriais e econômicos devem ser incorporados às políticas públicas para a população em situação de alta vulnerabilidade.

Essas “situações de risco” envolvem condições que, segundo Harvey (2020), desfavorecem determinados grupos sociais e deixam clara uma contradição nas propostas dos governos nacionais quando afirmam estarem preparados para beneficiar a saúde de toda a população, enquanto suas intenções são focalizadas, rigorosamente, em impedir o declínio econômico provocado pela pandemia.

A classe trabalhadora que se expôs ao risco de infecção do SARS-CoV-2 foi afetada de diversas formas e, inclusive, essa força de trabalho sofreu pela insustentabilidade

econômica produzida pelo vírus, a qual provocou, por exemplo, demissões injustas (Harvey, 2020). Todas as dificuldades referentes a essa desigualdade socioeconômica provocaram um ascendente descontrolado sobre a disseminação da doença e “[...] assim o progresso da covid-19 exibe todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça” (Harvey, 2020, p. 21).

Esse contexto faz emergir a verdadeira complexidade das cidades e suas vulnerabilidades diante de inúmeras transformações as quais são submetidas para o enfrentamento de eventos como o da pandemia, que desafiam toda a estrutura do espaço urbano e, consequentemente, a qualidade de vida dos cidadãos. Depiné (2021, p. 24) afirma que “[...] diferente de um material resiliente, uma cidade resiliente não retorna ao seu estado anterior após o processo de ruptura sofrido. Uma cidade resiliente se torna diversa”. Dessa forma, durante e após a pandemia, as cidades devem se adaptar à realidade dos cidadãos, de acordo com as mudanças causadas neste processo.

A pandemia da covid-19 evidenciou inúmeras questões e problemáticas sociais, espaciais e econômicas. Dentre elas um enorme despreparo quanto às soluções para os espaços urbanos e a necessidade de aproximação da população à efetivação de seus direitos fundamentais. Para superar isso, é preciso compreender a cidade como um ambiente de encontros propício ao desenvolvimento social onde se deve estabelecer comunicações e mobilizações (Harvey, 1993). E, partindo deste princípio, é imprescindível que grupos sociais compreendam as especificidades de seus respectivos espaços urbanos, atuando em favor do crescimento de práticas democráticas que reproximem pessoas à conquista do seu direito à cidade (Lefebvre, 2001).

A discussão a respeito da temática do direito à cidade ganhou força nas últimas décadas, emergindo como um princípio central nas lutas por direitos sociais (Lefebvre, 2001). Essas lutas, desenvolvidas em ruas, bairros e praças, refletem no pensamento de Harvey (2014), o qual caracteriza o ambiente urbano como um espaço marcado por segregação e dissociação, moldado pela dominação das classes mais favorecidas. Contudo, apesar dessas desigualdades, a cidade ainda se configura como um espaço social que possibilita encontros e promove a união. Lefebvre já havia apresentado esse percurso da revolução urbana, o qual foi então atualizado por Harvey (2014, p. 21), que argumenta:

[...] Somente quando a política se concentrar na produção e reprodução da vida urbana como processo de trabalho essencial que dê origem a impulsos revolucionários será possível concretizar lutas anticapitalistas capazes de transformar radicalmente a vida cotidiana. [...]

Harvey (2014) defende que o papel político dos cidadãos é imaginar e transformar a cidade, de modo que seja redesenhado um novo tipo de espaço urbano. Ele destaca que a visão tradicional de uma cidade ideal foi implodida e destruída pela urbanização capitalista desenfreada, considerando que o seu único objetivo é a acumulação de capital para favorecer à própria expansão, o que resulta em um crescimento urbano desordenado.

O direito à cidade vai além do simples acesso de indivíduos ou grupos aos recursos urbanos, portanto trata-se do direito de repensar e reinventar a cidade de acordo com os desejos mais profundos dos cidadãos (Harvey, 2014). Para que isso seja possível, ele propõe uma apropriação do poder que promove o processo de urbanização. No entanto, esse poder está concentrado nos setores imobiliário e financeiro, controlado por uma

pequena elite que retém esses direitos em benefício próprio, em vez de promover os direitos gerais da sociedade.

3 Distanciamento físico e social: uma dicotomia no tecido urbano

Diversas adaptações às atividades cotidianas foram necessárias para que as medidas adotadas pela sociedade no enfrentamento da pandemia se tornassem viáveis. Dentre essas adaptações está o distanciamento físico e social, o qual, por sua vez, sugeriu que a maioria das atividades que eram antes realizadas em espaços públicos deveria ser transportada para o ambiente residencial (Villa *et al.*, 2021; Canabarro; Schonardie; Strücker, 2022). Embora isso tenha sido adotado, outras atividades essenciais precisavam ser realizadas em lugares não residenciais, fato que evidenciou a necessidade de deslocamentos contínuos dos habitantes dentro do perímetro urbano. Esse deslocamento, além de contrariar as propostas de distanciamento, foi considerado potencialmente problemático devido ao risco de contágio e alastramento do vírus pelo uso de transportes públicos (Canabarro; Schonardie; Strücker, 2022; Sathler; Leiva, 2022).

Para fundamentar o entendimento sobre distanciamento físico e social, é necessário compreender, através de uma perspectiva sociológica, o conceito de distância e proximidade. Segundo Cantó-Milà *et al.* (2021), esses dois termos trabalham em conjunto e equilíbrio para darem suporte ao que os autores chamam de "jogo social". O funcionamento dessa rede relacional complexa demanda que as relações sociais não sejam pautadas apenas pela distância e nem somente pela proximidade, considerando que as duas trabalham em sentidos opostos, embora sejam correlacionadas de forma que uma precisa da outra.

Dessa forma, se torna possível pensar as relações no sentido de compreender as suas concordâncias com a proximidade e a distância. Cantó-Milà (2016) considera que essas duas precisam experimentar reverberações de uma para outra e provocar essa dualidade que dá sentido e significado a cada uma delas. O jogo social, uma rede complexa das relações sustentada pelo acordo entre a distância e a proximidade, acabou sofrendo uma ruptura em decorrência das contradições e complexidades impostas pelo conceito de distanciamento social ao se considerar o seu sentido de distanciamento físico (Cantó-Milà *et al.*, 2021).

O distanciamento físico, para casos como o da pandemia da covid-19 (WHO, [2020]), pode ser definido como uma distância espacial, individual, dotada de medidas que, segundo Cantó-Milà *et al.* (2021), se trata de uma distância geográfica que separa fisicamente os corpos. Em paralelo, o distanciamento social promove uma distância física entre indivíduos de determinados grupos de pessoas. Nesse caso, a separação propõe o fechamento de espaços frequentados por grupos definidos, como as escolas, igrejas, locais de festas, etc. (WHO, [2020]; Wilder-Smith; Freedman, 2020).

Apesar das medidas de saúde adotadas implicarem em um distanciamento entre indivíduos, a World Health Organization afirma que elas não devem ser confundidas com a distância social. Sua definição aponta para um grau de aceitação, ou não, de pessoas que não fazem parte de um determinado grupo social. Portanto, essa distância é "[...] sentida entre grupos, como classe social, raça/etnia, gênero ou sexualidade" (WHO, [2020]).

Dessa forma, a distância social pode ser considerada como um aspecto originado da segregação socioespacial, a qual difere e separa grupos, provoca o desequilíbrio entre distância e proximidade e providencia uma dispersão no jogo social. Cantó-Milà *et al.* (2021) ressaltam as posições hierárquicas e as diferenças de poder como fatores que fazem referência ao conceito de distância e proximidade e é, portanto, intrínseco à desestruturação urbana. Esse fenômeno ficou evidente durante a aplicação das medidas de distanciamento físico e social, quando as diferenças de classes foram escancaradas e os desfavorecidos sofreram diante das relações de poder e hierarquia (Harvey, 2020). Relações estas que resultaram em uma ação do Estado que definiu quem poderia, ou não, estar em movimento para exercer determinadas funções. Tal imposição caracterizou um conjunto de classes trabalhadoras como completamente dispensáveis, tanto para o Estado quanto para o Capital, ao considerar que as vidas dos indivíduos pertencentes a essas classes foram colocadas em risco (Lepecki, 2020).

A pandemia deixou ainda mais evidente que moradores de periferias das cidades precisam se locomover para os centros urbanos, levando em consideração a centralização de serviços públicos e comerciais em locais de “alta relevância”. Tais características urbanas, procedentes da cidade global² (Sassen, 2009), destaca as desigualdades que crescem desenfreadamente, entre os que possuem demais e aquele grupo da população que se localiza em espaços urbanos mais desfavorecidos. Isso pode ser considerado como uma espécie de dicotomia no tecido urbano, quando a cidade sofre uma separação que reverbera nas relações sociais e econômicas, realidade que se torna palco de uma segregação social e urbana.

4 Realidades e diversidades de contextos locais

Ao considerar que toda a sociedade passou por um mesmo fenômeno, a pandemia da covid-19, é pertinente ressaltar a diversidade de localizações e contextos habitacionais. Segundo Sathler e Leiva (2022), os assentamentos urbanos foram os locais que experimentaram uma rápida expansão do contágio pelo vírus e as cidades foram os centros focais de contaminação, principalmente nos países que apresentaram suas notificações epidemiológicas mais significativas.

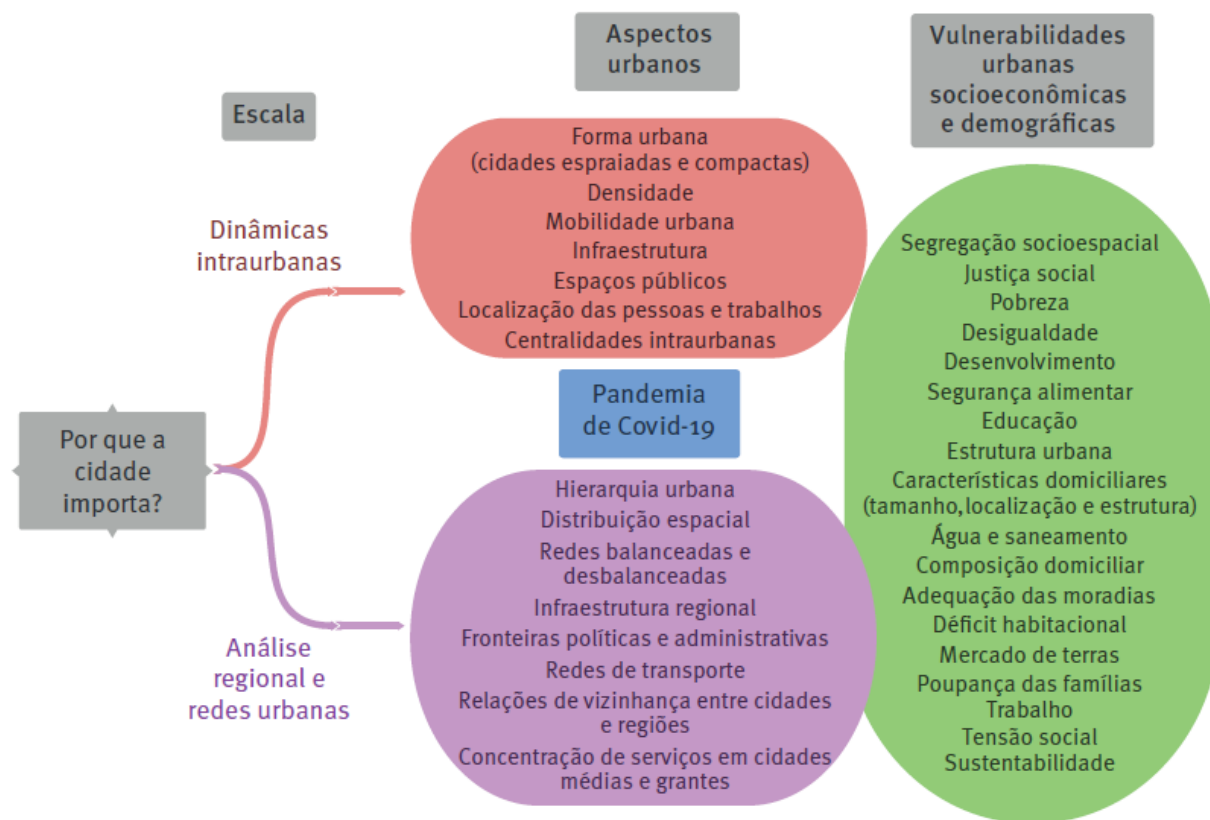
Em grandes centros urbanos como Nova York, Londres, Wuhan e São Paulo, a densidade populacional, considerando o porte demográfico de cada um, influenciou diretamente na propagação da doença, conforme Sathler e Leiva (2022). Contudo, os mesmos autores reforçam que diversos fatores devem ser considerados determinantes na velocidade de contágio e dispersão espacial, como as políticas públicas, os aspectos culturais locais, as condições locais de saúde e higiene, o momento da pandemia, o contexto político e, principalmente, a distribuição territorial da população e seus níveis de densidade.

Ou seja, há uma notável variação nos contextos locais que dão sentido e singularidade às buscas por soluções específicas em tempos de pandemia, considerando toda a diversidade da composição do tecido urbano. Portanto, Sathler e Leiva (2022) oferecem uma nova perspectiva de análise pautada na multiescala urbana (Figura 1), a qual propõe que tal análise não seja realizada somente do ponto de vista das questões de estrutura

² A cidade global, segundo Sassen (2009), se desenvolve, sobretudo, nos elementos estratégicos da economia global. A autora enfatiza a importância em dar uma atenção maior às formas de gerenciar, manter e financiar uma economia global, considerando que são estes modos econômicos os motivadores das questões de poder e de desigualdade.

urbana. Sobretudo, que também sejam avaliações urbanas em paralelo ao(s) fenômeno(s) pelo(s) qual(is) o contexto local ou global está sendo submetido.

Figura 1: Diagrama que associa os aspectos da multiescala urbana e a disseminação do vírus da covid-19.



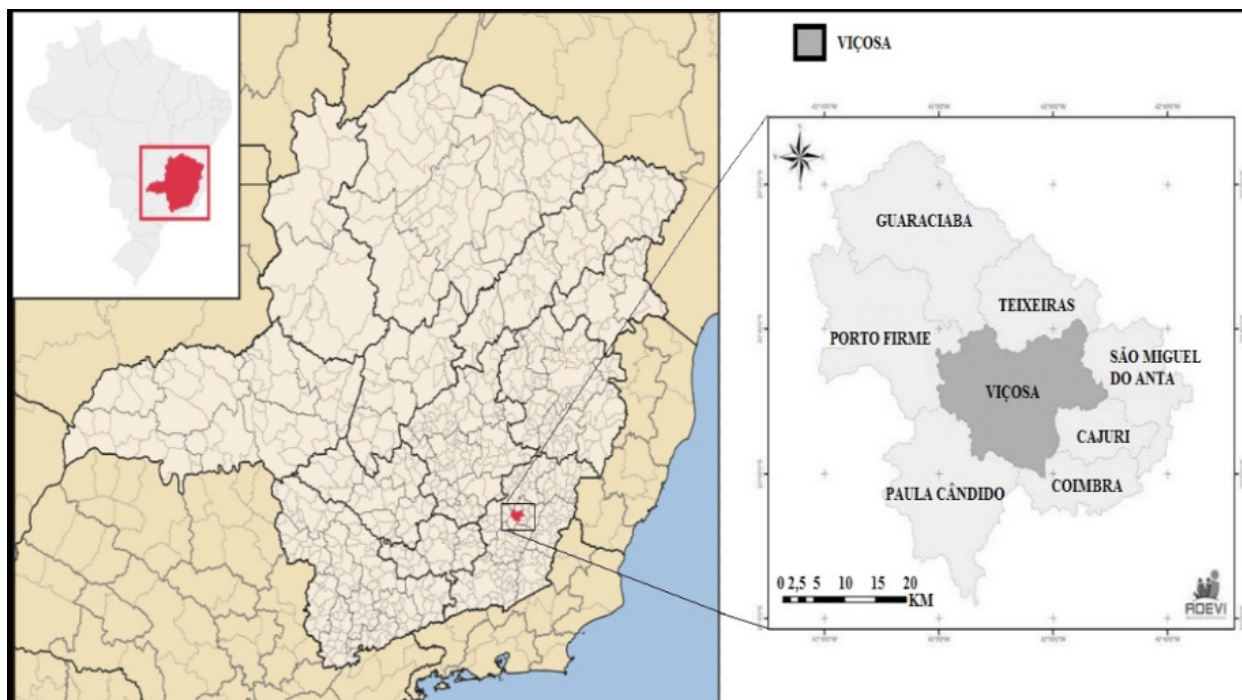
Fonte: Sathler e Leiva (2022, p. 23).

O diagrama ilustra e exemplifica a existência dos fatores que compõem e diversificam os contextos urbanos locais. Cada termo citado pode ou não somar durante análises, com intuito de aprimorar as soluções das problemáticas urbanas. Vale ressaltar, no entanto, que este artigo não tem como propósito realizar uma análise completa por meio da multiescala urbana. Propõe-se expor o contexto pandêmico como um fenômeno que exigiu novas perspectivas para os olhares sobre as formas de análise dos contextos urbanos em geral e, sobretudo, ressaltar a necessidade de considerar as especificidades de cada um desses contextos. Dessa forma, tem como foco explorar e evidenciar os dados, obtidos por meio da revisão de literatura, sobre a experiência no município de Viçosa para propor reflexões ao leitor sobre a importância de um olhar direcionado à singularidade de cada cidade e suas diversidades.

5 Viçosa (MG) e a distância social

Fundada em 1871 (IBGE, 2023), Viçosa é uma cidade localizada na região da Zona da Mata mineira, no sudeste do Estado de Minas Gerais (Figura 2). A cidade compõe uma microrregião com os municípios de Araponga, Cajuri, Canaã, Coimbra, Ervália, Paula Cândido, Pedra do Anta, Porto Firme, São Miguel do Anta e Teixeiras (Coelho; Souza; Oliveira, 2005).

Figura 2: Limite territorial do município de Viçosa, Minas Gerais.



Fonte: Bastos Filho *et al.* (2019).

Segundo o censo de 2022 do IBGE, a cidade de Viçosa possui 299.418 km² de área territorial com um total de 75.430 habitantes ao contabilizar sua população residente, além da população nomeada de “flutuante”, a qual acrescenta consideravelmente no número de habitantes do censo. Segundo Maria, Faria e Stephan (2014), esse número girava em torno de 20.000 habitantes, sendo essa população composta, principalmente, por estudantes universitários, considerando que suas estadias na cidade se dão em períodos curtos referentes ao tempo de formação universitária em cursos de graduação e pós-graduação (Alves, 2008; Maria; Faria; Stephan, 2014).

Dentre os principais fatores históricos do crescimento populacional e do desenvolvimento urbano da cidade, está a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) em 1922, inaugurada em 1926. Posteriormente, foi transformada na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais em 1948 e, finalmente, federalizada em 1969 como Universidade Federal de Viçosa (UFV, 2024).

Alves (2008) e Abrantes, Andrade e Alberto (2021) consideram que houve um processo de segregação urbana no município de Viçosa, que foi ampliado pelo surgimento de bairros periféricos sem infraestrutura e serviços urbanos. Os autores afirmam que, dentre as causas históricas dessa segregação, está a federalização da universidade, fato que gerou a expansão de loteamentos, edifícios e condomínios fechados.

Esses são aspectos de uma (des)estruturação urbana histórica que provocou a migração da população de baixa renda que estava em busca de oportunidades de emprego. Alves (2008, p. 8) afirmou que “[...] os menos favorecidos acabaram sendo excluídos e empurrados para as regiões periféricas da cidade”, o que evidencia que houve uma dinâmica de supervalorização imobiliária que girou em torno da universidade federal, considerado como um espaço de centralidade no território.

No que se refere ao período de disseminação em larga escala do coronavírus, Corrêa e Bosco e Silva (2024) descrevem que as alterações provocadas pelas medidas de distanciamento físico e social no Brasil afetaram, também, as formas de mobilidade urbana. Os autores evidenciam a diminuição na oferta de circulação dos transportes públicos coletivos como parte das decisões adotadas pelo poder público e consideradas fundamentais na redução da contaminação pelo vírus SARS-CoV-2. No entanto, isso resultou numa problemática ao se considerar que, não diferente dos grandes centros urbanos, os moradores das periferias de Viçosa também precisam se deslocar por meio de transporte coletivo para o centro da cidade, com intuito de realizar suas atividades essenciais. O transporte coletivo é uma pauta importante dentre os fatores que influenciam e integram a mobilidade urbana, sendo essa definida como o resultado da interação entre os deslocamentos (Menini; Stephan, 2019).

Dessa forma, o transporte coletivo é, sem dúvida, um fator que causa impacto na dinâmica da cidade no que diz respeito às necessidades de deslocamento da população dentro do perímetro urbano e é, sobretudo, uma alternativa sustentável. Porém, de acordo com Menini e Stephan (2019), o transporte público sofre por uma ineficiência proporcionada pelo crescimento urbano desordenado. Os autores afirmam ainda que, em Viçosa, a falta de planejamento urbano provocou uma infraestrutura urbana inadequada e incapaz de absorver o crescimento populacional, desafios que seguem acompanhados de uma baixa qualidade do transporte público coletivo.

A pesquisa de Menini e Stephan (2019) aponta que as linhas de ônibus com maior número de passageiros são as que transportam pessoas de baixa renda que residem nos bairros mais distantes do centro da cidade. Nesse contexto, reafirma-se o fato de que os mais desfavorecidos e afastados do centro urbano de Viçosa precisam do transporte público para ter acesso aos serviços públicos localizados na região central do município.

Considerando o contexto pandêmico e que essa população depende desse transporte, esses deslocamentos se tornaram ações de alto risco no que se refere às medidas de proteção e de distanciamento para evitar o alastramento do vírus causador da covid-19. Esse período, se analisado com cautela, evidenciou ainda mais os aspectos da segregação socioespacial estruturada no município de Viçosa, relatada por Bastos Filho *et al.* (2019), anteriormente ao fenômeno da pandemia.

Abrantes, Andrade e Alberto (2021) afirmaram que os bairros da região central da cidade foram os locais com o maior número de infectados pelo vírus. Os dados demonstraram que não houve uma relação direta entre a densidade demográfica dos bairros e a taxa de infecção pela covid-19. No entanto, os bairros com maior número absoluto de casos eram os mais populosos e que apresentavam maior circulação de pessoas, como o Centro e o bairro Santo Antônio, considerando a incidência de 56% dos casos de contágio pelo vírus.

Apesar disso, os dados da mesma pesquisa, correspondentes ao período de abril de 2020 a maio de 2021, demonstraram que em regiões com baixa densidade populacional a taxa de infecção pelo vírus foi consideravelmente alta, bem como os referidos bairros Julia Molla, Inconfidência e Morada do Sol. Isso indica que outros fatores como a dependência do transporte coletivo, longos deslocamentos urbanos e, até mesmo, festas clandestinas, podem ter tido maior influência na disseminação do vírus.

Partindo do pressuposto de que a densidade populacional de um determinado contexto local influencia diretamente no espalhamento da doença (Sathler; Leiva, 2022), o estudo

de Abrantes, Andrade e Alberto (2021) demonstrou que as regiões da cidade com baixa densidade demográfica promoveram, proporcionalmente às de alta densidade, uma considerável taxa de infecção pelo coronavírus. Essas regiões pertencem a bairros distanciados do centro do município, ou seja, a população que ali reside e depende do transporte coletivo faz parte de um contexto/fator da estrutura urbana que contribuiu para a disseminação do vírus.

Vale destacar que, de acordo com Pimenta e Lelis (2023), Viçosa se tornou um município de referência durante o enfrentamento da pandemia. O Decreto Nº 5439/2020 da Prefeitura Municipal de Viçosa (Viçosa, 2020) instituiu barreiras nas estradas da região de Viçosa, prevendo diminuir os riscos de contaminação pelo vírus entre municípios. Embora tenham sido efetivadas ações de restrição de uso dos espaços públicos, cooperativas às medidas sanitárias adotadas, a Administração Pública Municipal, segundo Pimenta e Lelis (2023, p. 129), sofreu pressão de outros setores que insistiram em uma flexibilização das medidas administrativas, com o intuito de promover maior liberdade a empresários e à população.

Os autores afirmam ainda que o contraste no embate entre o poder público do município (que priorizava pelas condições de saúde pública) e setores do comércio local (com seu foco no acúmulo de capital) provocou a flexibilização das medidas preventivas adotadas pelo município e, conseqüentemente, o aumento de mortes e casos de covid-19. A tal flexibilização foi caracterizada por estabelecer o domínio sobre certos movimentos³, nos quais Harvey (2020) insiste que o poder público vive submisso ao poder das classes mais favorecidas e ao acúmulo de capital, empenhando-se prioritariamente em minimizar a queda do desempenho econômico provocada pela pandemia.

Esses movimentos de emergência sanitária ordenaram “quem” poderia fazer “o que” e, principalmente, “como” e “até onde” se deveria chegar com esse imperativo, ou seja, o foco central durante a pandemia se resumiu em controlar e vigiar o movimento (Lepecki, 2020). Para Lepecki (2020), termos como “pausa”, “reclusão”, “suspensão de atividades” e, podendo incluir até mesmo a “flexibilização”, foram filtros que mascararam a ação constante do capital durante as medidas sanitárias. Os pensamentos sobre esse movimento forçado pelo poder, visto como uma via hierárquica que se movimenta de cima para baixo, se tornaram ações que desencadearam em políticas estabelecidas e aplicadas nas cidades, incluindo a de Viçosa.

Sob a perspectiva das medidas de distanciamento físico e social, o município de Viçosa enfrentou oscilações nos casos da doença de acordo com a flexibilização adotada em favor, ou não, das garantias de mercado local (Pimenta; Lelis, 2023). Conseqüentemente, alteraram-se as formas de ocupação e realização de atividades dos habitantes, considerando que a população periférica necessita se deslocar para o centro urbano, onde se encontra a maior parte dos serviços públicos essenciais. É importante ressaltar, no contexto da pandemia, que a distância social ficou evidente em Viçosa como um aspecto estruturado pela forma de distribuição espacial da cidade, sendo que a

³ Lepecki (2020) considera que no decorrer da pandemia todo o movimento estabelecido naquele período, definitivamente, não foi uma pausa. O movimento foi deslocado e remodelado, em escala global, sendo influenciado pelas medidas sanitárias. No entanto, o autor concorda que todos os termos adotados para se referirem às medidas sanitárias, se revelam, de uma forma que ele mesmo interpreta, como um “inconsciente político cinético”. Lepecki conceitua esse termo como uma imperatividade de uma coreografia (uma forma estruturada de se mover) estabelecida à população, ou seja, dentre essas restrições do movimento, ordenando a forma de fazer e quais deveriam ser esses movimentos.

separação entre as classes sociais colocou em risco as classes mais vulneráveis, aquelas afastadas do centro da cidade.

Os desafios enfrentados pelo município de Viçosa no período da pandemia deixaram questões em aberto, relativas às necessidades de ponderação nas tomadas de decisões do poder público, como: a oscilação na adoção das medidas sanitárias ocorrida por consequência do embate entre os poderes (agentes econômicos, poder público municipal, poder público estadual e governo federal); as formas historicamente desestruturadas de distribuição socioespacial na região do município; as consequências da segregação socioespacial e da distância social sentidas durante o fenômeno da covid-19.

Todos esses aspectos deixam rastros consistentes, os quais sugerem reflexões necessárias para que a Administração Pública Municipal possa observar as possibilidades de resiliência da cidade, considerando a probabilidade de enfrentar uma outra/nova pandemia e promovendo diálogos, através de revisões de literaturas como essa, que sejam pertinentes a um olhar projetado para o futuro das cidades.

Cidades constituídas por desigualdades e distâncias sociais, estabelecidas historicamente e eventualmente salientadas por fenômenos a exemplo da pandemia, exigem políticas públicas focalizadas aos diversos grupos sociais (Sathler; Leiva, 2022). Ademais, a preocupação em estruturar a cidade não deve depender desses fenômenos relativos às crises globais, uma vez que o bem-estar coletivo deve ser a prioridade no planejamento urbano. Evidencia-se ainda que o fenômeno da segregação socioespacial e a manifestação de uma dicotomia urbana existem em Viçosa-MG antes mesmo da pandemia causada pela covid-19.

6 Conclusão

A adaptação das cidades à realidade pandêmica foi um fator emergencial que, através de um olhar minucioso, precisaria compreender as especificidades da composição socioespacial local. Considerando áreas urbanas já estruturadas, ficou ainda mais evidente e imprescindível o quão desafiador é desenvolver e implementar políticas públicas que supram as necessidades manifestadas pela pobreza.

Um fator que merece evidência neste artigo se refere ao afastamento da população de baixa renda dos centros urbanos, e a centralização comercial e dos serviços públicos essenciais no município de Viçosa, o que demonstra uma (des)estruturação urbana que reflete numa segregação socioespacial providenciada pela distância social. É provocada, nesse contexto, uma dicotomia urbana que separa os grupos que estão no poder e os menos favorecidos, fato que, de um modo geral, pode não estar claramente explicitado aos olhos dos habitantes locais.

Nesse sentido, observa-se a urgência e as demandas no desenvolvimento de melhorias na qualidade da mobilidade urbana, por meio do transporte público coletivo, que deve ser considerada como uma medida primordial na (re)aproximação dos cidadãos aos recursos oferecidos pela cidade. Deve-se preservar o bem-estar e a locomoção dos indivíduos de classes mais baixas, estes afastados da centralidade da cidade em decorrência de uma urbanização estruturada através do capitalismo e da necessidade de atender às demandas das classes dominantes, ou seja, uma urbanização que gira em torno da universidade federal.

Considerando o recorte temporal da pandemia, aquele momento reforçou e favoreceu, ainda mais, as vias hierárquicas entre os setores empresariais, administração municipal e a população (nessa ordem). Sob a perspectiva da adoção de ideais, os quais refletiram nas maneiras de comportamento dos cidadãos no ambiente urbano, as medidas emergenciais sanitárias e as contraditórias “flexibilizações” surgiram como uma forma de doutrinar e desafiar a autonomia das pessoas, dedicando-se excepcionalmente às classes menos favorecidas. A incansável tentativa de impedir a queda econômica contrariou as premissas do movimento “fique em casa”, enquanto o comércio somente pôde se manter em pleno funcionamento de uma forma: tendo seus empregados em atividade, na maioria dos casos, presencialmente. Esse paradoxo evidencia as noções de poder, sobre as quais não faltam críticas e discussões na história da humanidade e que, importunamente, precisaram de uma crise sanitária para serem agravadas.

Essas perspectivas sociais relativas ao tecido urbano propõem reflexões que sejam capazes de ampliar e projetar o pensamento às reflexões que tangem debates sobre o futuro das cidades. Considera que, ao observar aspectos já existentes de casos como o município de Viçosa que, em decorrência da pandemia, evidenciou seus aspectos urbanos desafiadores e que provocam questionamentos sobre a funcionalidade da cidade, a qual é e está composta pelas relações sociais, culturais e econômicas.

Ademais, propor reflexões sobre casos semelhantes ao de Viçosa permite colocar em evidência as realidades e diversidades da cidade e levantar discussões acerca das suas possibilidades de resiliência e/ou (re)adaptação para contextos que envolvam não somente os momentos de crise local ou global. Essa perspectiva tem o potencial de orientar o desenvolvimento de políticas públicas e de soluções efetivas para o agora, mas que sejam capazes de se adaptarem para enfrentar desafios futuros, a fim de construir um legado que possa servir aos contextos sociais das cidades a longo prazo.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa (PPG.au/UFV).

Referências

ABRANTES, Bruna; ANDRADE, Sabrina; ALBERTO, Klaus. Distribuição espacial, densidade populacional e a ocorrência da COVID-19 nos bairros em Viçosa, MG. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO*, 7., 2021, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: PPU; UEL; UEM, 2021. p. 1-10. DOI: <https://doi.org/10.29327/sbqp2021.437988>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ALVES, Natália Carolina. “Memória do Cantinho”: formação da periferia urbana de Viçosa – MG. **Contemporâneos – Revista de História Contemporânea**, n. 2, mai./ out. 2008. Disponível em <https://revistacontemporaneos.com.br/n2/pdf/memoriacantinho.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

BASTOS FILHO, Reinaldo Antônio; ALMEIDA PINTO, Neide Maria de; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. A elaboração de um índice de segregação socioespacial como ferramenta de gestão e análise do espaço urbano de

Viçosa, MG. **Interações** (Campo Grande), [S. l.], v. 20, n. 3, p. 707–723, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v20i3.1961>. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atendimento e fatores de risco**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/covid-19/atendimento-e-fatores-de-risco>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CANABARRO, Ivo dos Santos; SCHONARDIE, Elenise Felzke; STRÜCKER, Bianca. A resignificação do lugar e do não-lugar: considerações sobre as dimensões das ocupações dos lugares em um período de pandemia no Brasil. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 1-26, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/rdc.2022.54911>. Acesso em 27 maio 2024.

CANTÓ-MILÀ, Natàlia. On the special relation between proximity and distance in Simmel's Forms of Association and Beyond. In: KEMPLE, Thomas; PYYHTINEN, Olli (ed.). **The Anthem companion to Georg Simmel**. Londres: Anthem Press, 2016. p. 81-100.

CANTÓ-MILÀ, Natàlia.; BALLETBÓ, Izaac Gonzàlez; SANMARTÍ, Roger Martínez.; PIÑAS, Mariona Moncunill; SEEBACH, Swen. Distanciamiento social y COVID-19: distancias y proximidades desde una perspectiva relacional. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, v. 78, p. 75-92, 2021. DOI: <https://doi.org/10.7440/res78.2021.05>. Acesso em: 1 ago. 2024.

COELHO, Danilo José da Silva; SOUZA, Agostinho Lopes. de; OLIVEIRA, Cláudia Maria Lourenço de. Levantamento da cobertura florestal natural da microrregião de Viçosa, MG, utilizando-se imagens de Landsat 5. **Revista Árvore**, v. 29, n. 1, p. 17–24, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-67622005000100003>. Acesso em: 2 ago. 2024.

CORRÊA, Lucas Berdague; BOSCO E SILVA, Luciana. Gestão comunicacional urbana e a pandemia: as estratégias de Viçosa (MG). **Revista de Ciências Humanas**, [S. l.], v. 1, n. 24, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47328/revcch.v1i24.19185>. Acesso em: 30 set. 2024.

DEMENECH, Lauro Miranda; DUMITH, Samuel de Carvalho; VIEIRA, Maria Eduarda Centena Duarte. Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por COVID-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, e200095, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200095>. Acesso em: 8 ago. 2024.

DEPINÉ, Ághata. Resiliência urbana e o impacto da covid-19 nas cidades. In: TEIXEIRA, Clarissa Stefani; DEPINÉ, Ágatha (org.). **As cidades e a Covid-19: necessidades, expectativas e tendências trazidas pela pandemia**. São Paulo: Perse, p. 24-29, 2021. Disponível em: https://via.ufsc.br/wp-content/uploads/E-BOOK_Cidades-e-a-Pandemia.pdf. Acesso em: 5 set. 2025.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, Mike *et al.* **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020. p. 13-23. Disponível

em: <https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adrus-e-a-luta-de-classes-tsa.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Viçosa (MG). **Cidades e Estados**. [S. l.]: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vicosa/historico>. Acesso em: 28 maio 2024.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEPECKI, André. Movimento na pausa. Tradução: Ana Luiza Braga. In: TAYLOR, Diana; GODOY-ANATÍVIA, Marcial (ed.). **ConTactos**. Nova Iorque: HemiPress, 2020. Disponível em: <https://contactos.tome.press/movimento-na-pausa/?lang=pt-br>. Acesso em: 23 ago. 2024.

MARIA, Ana Cristina de Souza; FARIA, Teresa Cristina de Almeida; STEPHAN, Italo Itamar Caixeiro. Um retrato da evolução urbana de Viçosa-MG: impactos da federalização da UFV sobre a cidade (1969-2014). **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 37-54, jan./ jul. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.3895/rbpd.v3n1.3572>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MENINI, Sheila Elisângela; STEPHAN, Italo Itamar Caixeiro. O transporte coletivo em Viçosa MG: um caminho para a melhoria da mobilidade urbana. **Arquitextos**, São Paulo, ano 20, n. 232.05, Vitruvius, set. 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.232/7523>. Acesso em: 20 jul. 2024.

PIMENTA, Mariana Suelen Martins; LELIS, Davi Augusto Santana de. Limites e possibilidades do Direito Administrativo Municipal no contexto da COVID-19: análise do município de Viçosa-MG. **Revista do Direito Público**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 127–150, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5433/1980-511X.2023v18n1p127>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SASSEN, Saskia. La ciudad global: introducción a un concepto. In: BBVA. **Las múltiples caras de la globalización**. Madrid: BBVA, 2009. p. 50-63. BBVA, 2009. Disponível em: <https://www.bbva.com/wp-content/uploads/2024/07/BBVA-OpenMind-Las-multiples-caras-de-la-globalizacion.pdf>. Acesso em: 5 set. 2025.

SATHLER, Douglas; LEIVA, Guilherme. A cidade importa: urbanização, análise regional e segregação urbana em tempos de pandemia de Covid-19. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 39, p. 1–30, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0205>. Acesso em: 28 maio 2024.

UFV – UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **História**. Viçosa: UFRV, 2024. Disponível em: <https://www.ufv.br/historia/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

VIÇOSA. **Decreto no 5.439, de 20 de março de 2020**. Dispõe sobre novas providências complementares à situação de emergência em saúde pública no Município de Viçosa e dá outras providências. Viçosa: Prefeitura de Viçosa, 2020. Disponível em: https://www.vicosa.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/DECRETO_5439_2020?cdLocal=5&arquivo=%7BA7E7BB25-81A8-C3A2-D44E-BE5B32DAAE5B%7D.pdf. Acesso em: 6 jun. 2024.

VILLA, Simone Barbosa; CARNEIRO, Gabriela Pereira; MORAES, Rodrigo Araujo; CARVALHO, Nathalia Lya de Melo. Reflexões sobre os impactos da pandemia de COVID-19 no espaço doméstico. **Gestão & Tecnologia de Projetos**, [S. l.], v. 16, n. 4, p. 67-83, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/gtp.v16i4.176851>. Acesso em: 9 maio 2024.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 2001.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. African Region. **Directrizes de comunicação dos riscos e de envolvimento das comunidades para o distanciamento físico e social**. [S. l.]: World Health Organization, [2020]. Disponível em: <https://www.afro.who.int/sites/default/files/Covid-19/Technical%20documents/Directrizes%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Riscos%20e%20de%20Envolvimento%20das%20Comunidades%20para%20o%20Distanciamento%20F%C3%ADsico%20e%20Social.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Advice for the public: Coronavirus disease (COVID-19)**. [S. l.]: World Health Organization, 18 mar. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>. Acesso: 11 jun. 2024.

WILDER-SMITH, Annelies; FREEDMAN, David O. Isolation, quarantine, social distancing and community containment: pivotal role for old-style public health measures in the novel coronavirus (2019-nCoV) outbreak. **Journal of Travel Medicine**, v. 27, n. 2, p. 1-4, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1093/jtm/taaa020>. Acesso em: 19 ago. 2024.